

DIVULGAR ARQUEOLOGIA:

I) AS EXPOSIÇÕES

1. Introdução

Em Portugal a divulgação de conhecimentos, sítios e objectos arqueológicos está ainda numa fase embrionária, e enfrenta escolhos e dificuldades várias.

Os conhecimentos são fragmentários. Os sítios, na generalidade ou foram mal estudados ou estão por publicar. As colecções de objectos estão dispersas, e por classificar¹. Só recentemente surgiram as primeiras monografias dignas desse nome, e os primeiros trabalhos de síntese, baseados em princípios científicos incontestáveis².

No entanto, a arqueologia é assunto de frequentes notícias nos mass média, tema de colóquios e palestras, matéria de exposições. Os primeiros guias e roteiros, especializados em património arqueológico acabam de sair a lume³. Editam-se desdobráveis com grande difusão⁴. As escolas organizam excursões a ruínas e museus; os professores, nas aulas, projectam diapositivos, procurando tornar mais atraente e concreto, o ensino da História.

Esta importância crescente do tema arqueologia, e da sua divulgação será talvez consequência de uma renovada curiosidade pelas origens. Este novo interesse parece emergir das ruínas ideológicas e mentais do mundo rural, e da agonia do fugaz mito do progresso urbano.

O nosso país adere, assim, a um movimento que já adquiriu um grande relevo nos países da Europa Ocidental.

Infelizmente não estamos preparados para tal. Não há estruturas, e sobretudo, não existe uma tradição.

Anteriormente, no Estado Novo, as ruínas não tinham que ser explicadas. Eram classificadas, ou como Monumento Nacional, ou como Imóvel de Interesse Público e, por vezes restauradas⁵. Os

Museus, esses, vegetavam, meio mortos. Eram edifícios lúgubres, com guardas fardados, percorridos por alguns, poucos, curiosos, e, episodicamente, por escolas e visitas de estudo, desinteressadas ou enfadadas.

A Democracia, restaurada em 1975, redescobriu o público.

Os conservadores dos Museus sentiram-se obrigados a interpretar as colecções de objectos que detêm à sua guarda, a estabelecer pontes com o público, a realizar acções de animação cultural. Assim se espalhou um lema muito em voga nos últimos anos: «dar vida aos museus»⁶.

Como seria de esperar este movimento não surtiu efeito, a não ser em casos excepcionais, apesar do grande empenho revelado pelas equipas dos museus. As carências infra-estruturais, e a ausência dos indispensáveis recursos humanos e financeiros, bloquearam todo o processo. Na generalidade os museus portugueses enfermam ainda de graves debilidades.

Pelo seu lado, também os arqueólogos se sentiram estimulados, ou mesmo, quase compelidos, a traduzir as ruínas, a legendar as peças. Assim lhe exigia a sociedade, protoganizada em especial pelas autarquias, muito sensíveis às vertentes divulgativas da arqueologia⁷.

Noutros tempos, não tão longínquos como isso, reuniam-se duas ou três vezes ao ano, na Associação dos Arqueólogos no Convento do Carmo, ou na Sociedade de Geografia de Lisboa, trocando entre si as notícias das últimas descobertas e as novidades resultantes das escavações. Nessas sessões participavam meia dúzia de arqueólogos encartados, e alguns jovens, silenciosos, por força dos regulamentos. Com intervalos de largos anos faziam-se congressos, dominados por um aparato excessivo, e por um protocolo asfixiante, contrastando com a magreza da produção científica.

Regularmente a Imprensa dava notícias officiosas das reuniões solenes em que os «sábios» discorriam acerca de temas esotéricos e longínquos. Deste modo, no nosso país, uma certa atmosfera e hábitos, típicos do século dezanove, prolongaram-se no post-guerra, até ao início dos anos setenta, num ritmo lento e monótono⁸.

Pelo contrário, nestas últimas duas décadas, desde 74/75, fizeram-se seguramente, mais colóquios, palestras e exposições do que durante a longa vigência do Estado Novo. Nestes últimos quatro anos, mesmo, o ritmo de reuniões científicas ou de vocação cultural, tem sido excessivo e alucinante, sem que a quantidade tenha equivalente na qualidade⁹.

Notícias frequentes nos jornais, na rádio, na RTP, a edição de textos divulgativos, roteiros, folhetos, iniciativas locais ou regionais

de valorização dos monumentos e sítios, tudo isso, em conjunto, conferem à actividade arqueológica um impacto cada vez maior na comunidade.

Este frenesim, será, talvez, por si mesmo, um sinal de vitalidade. Mas oculta, por outro lado, toda uma série de debilidades e mal formações que importa dissecar. Seja como fôr, o arqueólogo, não pode, nem ficar indiferente a esse processo, nem tão pouco deixar-se arrastar, sem reflectir com maior profundidade. De facto, é o próprio futuro da arqueologia, na sua relação com a sociedade que está em causa. Já anteriormente apontámos o fraco relacionamento entre a arqueologia e a sociedade, no nosso país¹⁰. O seu próprio desenvolvimento, o seu «peso» no universo português das actividades científicas e culturais, depende em larga escala do alargamento da inserção social da arqueologia. Existem hoje as condições para aprofundar esse relacionamento, se o vector divulgativo da arqueologia fôr realizado de uma forma equilibrada.

Eis porque, nas páginas que se seguem, pretendemos desenvolver um comentário sobre a divulgação em arqueologia. Será este o primeiro de uma série de quatro textos que tencionamos dedicar a essa temática.

Vamos deixar para outra oportunidade a análise do impacto da arqueologia na comunicação social, que se reflecte em notícias inesperadas, absurdas ou equívocas, alarmantes ou insidiosas, mas raramente fidedignas.

Vamos também ignorar, por esta vez, a explosão incontrolada de colóquios, simpósios e conferências, que animam a vida cultural das cidades e vilas portuguesas.

Finalmente, iremos reservar para texto específico, uma reflexão sobre as publicações que pretendem divulgar junto do grande público, os temas de arqueologia.

Limitar-nos-emos, neste texto, a tratar exclusivamente uma das vertentes divulgativas do discurso arqueológico: as exposições permanentes ou temporárias.

As exposições de arqueologia assumem uma importância crescente, devido ao seu impacto na formação do público, em geral, e dos jovens, em particular. De facto a História tende a assumir grande importância no sistema educativo, pelo que são cada vez mais frequentes as solicitações oriundas das escolas, pedindo apoio pedagógico, nomeadamente a divulgação de imagens.

Não seria pois legítimo ignorar a influência dos museus e das mensagens expositivas no ensino. Os números falam por si. Uma exposição organizada pelo Museu de D. Diogo de Sousa, de Braga, tendo por tema o túmulo de uma dama romana do século II da era

Cristã, foi visitado, durante 18 dias, por 6 mil pessoas¹¹. A mesma exposição circulou por todo o Norte, tendo estado patente ao público em Bragança, Vila Nova de Famalicão, Esposende, Viana do Castelo, Porto e Lamas (Braga). Dos milhares de visitantes uma parte substancial foram estudantes do ensino preparatório e secundário.

Existe, pois, um pequeno universo pedagógico e cultural, em que circulam continuamente imagens e mensagens sobre o património arqueológico português, embora estejamos ainda muito longe do profundo e vasto processo divulgativo que ocorre noutros países da Europa.

Apesar disso a amplitude que o fenómeno já atingiu, no nosso país, exige um mínimo de reflexão. Não sobre as razões que explicam este novo movimento de interesse. São certamente muitas e variadas. Contudo, a ausência de indicadores com expressão numérica não permite estabelecer hipóteses¹².

Por ora, pretendemos apenas reflectir sobre os modelos em que se organizam e cristalizam as mensagens e as imagens, a que aludimos, e sobre a sua qualidade e alcance.

Por outras palavras: é desejável que nos interroguemos acerca dos modelos que são escolhidos, consciente ou involutariamente, para estruturar as exposições de arqueologia, permanentes ou temporárias; é indispensável indagar as ideias que suportam e veiculam este tipo de iniciativas.

40

2. Para uma tipologia das Exposições de Arqueologia

A fim de respondermos a essas questões não vamos enveredar por uma via teórica. Estamos antes de mais interessados numa perspectiva crítica ou seja, em detectar as debilidades das fórmulas actualmente propostas, com o objectivo de ensaiarmos uma tipologia, ou, se quiserem, uma «patologia»:

2.1 O «tipo 0»:

Começamos pelo modelo mais simples, que designaremos, por ironia, como «tipo 0», em que infelizmente se integram uma percentagem razoável das exposições que temos visitado. Caracteriza-se este primeiro tipo pela ausência de um guião racionalizado, de um programa prévio, ou de modelo estruturante. As imagens e objectos são dispostos sem critério, sem gosto, revelando negligência ou

desinteresse pela qualidade da divulgação. Alinham-se conjuntos de fotografias, arrumam-se grupos de peças, com maior ou menor rigor, ou clareza, em meia dúzia de painéis e vitrines¹³.

O público atravessa estas exposições silenciosas, esses pequenos universos caóticos, de uma forma hesitante e sai tão ignorante como entrou. Não penetrou, nem sequer por escassos instantes, na atmosfera de um tempo perdido, no «mistério» das origens, das civilizações mortas. Viu imagens de ruínas, observou fugazmente objectos, mas não adquiriu conhecimentos, formação.

Ora, a generalização dessas mensagens ilegíveis, construídas ou apressadamente, ou com base em códigos pessoalizados, inacessíveis mesmo aos próprios especialistas, é um grave sintoma. Em primeiro lugar revelam uma lamentável ausência de criatividade, e depois uma precipitação em vender imagens e objectos, atabalhoadamente, como numa tenda de feira.

Contra este fenómeno preocupante é necessário estabelecer uma prática de crítica. O silêncio, muito embora mais descansativo, não trará benefícios, a médio prazo. Os arqueólogos devem-se esforçar para que a arqueologia seja divulgada com um mínimo de qualidade. Tal como para o exercício da profissão de professor é preciso uma licenciatura, pelo menos, e para efectuar escavações é necessário obter prévia autorização, resta saber se não será aconselhável começar a exercer um mínimo de controle sobre as exposições de arqueologia, que se fazem aqui e acolá, sem qualidade. Não um controlo burocrático, por licenças. Mas uma intervenção crítica e activa, que substitua o silêncio púdico, ou os comentários jocosos, de corredor e mesa de café.

41

2.2 O «tipo 1»:

Felizmente nem todas as exposições de arqueologia são assim pobres em ideias, pedagogicamente estéreis, ou mesmo contraproducentes.

Assim, da ausência de modelo passamos a um segundo tipo, em que o modelo se esbate no próprio objecto da exposição. É o «tipo 1». Trata-se de um esquema deliberadamente simples, em que os elementos fundamentais são os monumentos, os objectos, as imagens, as peças, apresentados de uma forma despojada, clara, sem artificios. Não há uma arrumação pretenciosa, nem, ainda, um discurso, uma lição. São exposições que vivem exclusivamente da beleza das fotografias, ou de uma colecção de materiais arqueológicos invulgarmente expressivos.

Neste tipo 1 inserem-se exposições como a das extraordinárias

cerâmicas do Santuário do Garvão, organizada com evidente bom gosto¹⁴. Ou a de fotografias sobre as Ruínas Romanas de Freixo, Marco de Canaveses¹⁵. Ou ainda uma outra, pequena, mas incisiva, montada pelo Serviço Regional de Arqueologia da Zona Norte, no Castelo de Ansiães¹⁶.

Sem grandes ambições, são eficazes, pela sua simplicidade.

2.3 Os «tipos de 2 a 5»:

Acima do tipo 1 deparamos com as exposições que contêm um discurso, explícito ou implícito, mais ou menos elaborado. Nesta linha, distinguimos pelo menos, 4 tipos: «institucional» (tipo 2); «ideológico» (tipo 3); «temporal» (tipo 4) e «cognitivo» (tipo 5).

O modelo «institucional» teve a sua melhor expressão numa exposição organizada pelo Departamento de Arqueologia do I.P.P.C., intitulada «5 anos de Arqueologia do I.P.P.C.». Com o propósito aparente de revelar ao grande público as principais descobertas dos últimos anos, escondia a intenção efectiva de valorizar uma estrutura em actividade desde 1981, e que produziu resultados muito positivos, suportando uma parte significativa da actividade que o país conheceu na década em curso. A linguagem «administrativa» da iniciativa foi amenizada por uma certa vivacidade cromática, e pelos núcleos anexos, da Sepultura Romana de Bracara Augusta, e do Santuário do Garvão¹⁷.

42

Apesar do nosso partis-pris instintivo, contra os modelos administrativos, não podemos deixar de observar que a referida iniciativa constituiu uma experiência interessante, cujo impacto é de ponderar, atentamente¹⁸.

Passemos agora ao modelo seguinte, o tipo 3, ou ideológico. Neste é difundida, de uma forma mais ou menos camuflada, uma perspectiva ideológica ou doutrinária. O guião é estabelecido de acordo com princípios bem definidos, de raiz filosófica, teórica, ou mesmo política.

Actualmente discursos desse género aplicados à arqueologia são raros. Mas já se organizaram exposições em que a temática, propriamente arqueológica era enquadrada por um discurso de inspiração ideológica, em que se propunha um itinerário histórico. Por exemplo da «horda primitiva» às primeiras manifestações da «sociedade de classes»¹⁹.

Como é óbvio, o mesmo modelo poderá ser aplicado de uma forma mais sofisticada, em que o esqueleto doutrinário seja menos evidente. Mas, ao fim e ao cabo, este género de discurso, por muito elaborado e atraente que seja, corresponderá sempre a um pro-

cesso, em que as realidades arqueológicas são inseridas numa arquitectura, transferida arbitrariamente de um corpo ideológico estranho à própria arqueologia.

O modelo temporal (tipo 4), é distinto. Propõe um discurso de raiz cronológica, em que o tempo, as etapas de povoamento de um dado território, e/ou os saltos do progresso tecnológico marcam o ritmo da exposição. Por outras palavras é um esquema empírico, de fácil estruturação, que é muito eficaz, sobretudo em iniciativas vocacionadas para a divulgação dos valores arqueológicos de um espaço bem delimitado, como seja, por exemplo, o território de um município, ou uma bacia hidrográfica. Organiza-se um grupo de módulos temporais que se supõe corresponderem às grandes fases de povoamento, e distribuem-se os elementos disponíveis de acordo com essa modulação. Foi este o modelo que presidiu à montagem de várias exposições pelas quais fomos responsáveis: «Arqueologia do Parque Nacional da Peneda-Gerês»; «Património Histórico-Arqueológico de Vila Verde»; «Arqueologia de Santo Tirso». É um esquema simples, fácil de montar, relativamente seguro, mas que implica, contudo, um bom conhecimento do território, e do ambiente, e um trabalho prévio, o mais exaustivo possível, de pesquisa documental e prospecção de campo.

É aliás um modelo que favorece a apreensão do vector tempo, o entendimento da sobreposição das sociedades ao longo de milénios, de conceitos como estratigrafia, cronologia, habitat, território, progresso tecnológico.

Contudo é um discurso tendencialmente tecnocrata, frio e redutor. Tecnocrata porque se apoia excessivamente no preconceito dos avanços tecnológicos; redutor porque a riqueza e diversidade dos fenómenos culturais, próprios de cada tempo tendem a ser neutralizados. Frio porque a densidade do tempo é ignorada ou diminuída, em benefício de uma perspectiva evolucionista.

Todos estes riscos parecem ser anulados *pelo modelo cognitivo*. É o modelo clássico, a partir do qual se construíram as exposições permanentes dos grandes museus da Europa. Foi nessa perspectiva que Leite de Vasconcelos, bem apoiado no saber do seu tempo, organizou as vitrines do Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia.

No modelo cognitivo, custoso em termos de preparação, e por isso mesmo aplicado essencialmente em exposições permanentes, fundem-se os critérios dos tipos 1, 3, 4. Escolhem-se as melhores peças e imagens, ou as mais representativas, ordenam-se os módulos temporais e culturais, de acordo com um único princípio ideológico: o científico.

Há uma estrutura básica, um esqueleto cronológico, do Paleolítico à Romanização, por exemplo. Sobre este esqueleto instalam-se módulos de conhecimentos abrangendo o território nacional, os quais por sua vez suportam os textos, as imagens, as peças. Para a organização de cada um dos modelos cognitivos recorre-se a um ou mais especialistas, dispondo do aparato científico actualizado, sobre uma área temática ou cronológica.

É o momento privilegiado, quase mágico, em que uma equipa de especialista e museológicos, transmite ao grande público, as palavras do saber, organizadas em textos rígidos, à semelhança de livros.

De facto, mesmo que haja um fio condutor firme, um design atraente e de qualidade, o discurso cognitivo tende a transformar a(s) sala(s) de exposição num manual, que rapidamente perde actualidade.

3. O tipo 6: o reconstitutivo:

Há um modelo de exposições em que o factor tempo, no seu sentido diacrónico é praticamente anulado. É o modelo que designaremos por reconstitutivo, através do qual se pretende recriar um mundo desaparecido, uma comunidade morta, um tempo perdido. O ponto da partida são quase sempre os objectos que foram produzidos por um determinado mundo cultural, urbano ou rural, mais ou menos restrito, e que sobreviveram até ao presente. Reconstitui-se assim uma dada época, um determinado momento crono-cultural, a vida efémera de uma comunidade. A lógica desta arquitectura discursiva suprime o tempo como vector de morte: as ruínas e as peças ressuscitam, como por milagre.

Em Braga foram organizadas duas exposições que, embora muito esquemáticas, se filiam nesse modelo: «Arqueologia romana de Vila do Conde», com base nos antigos achados de uma necrópole romana e no espólio resultante da escavação do habitat anexo²² e uma outra, a que já nos referimos, a propósito da descoberta de uma sepultura romana de Bracara Augusta, através da qual se procurava dar uma ideia da vida da mulher que aí fora incenerada, no II da era Cristã²³.

A um nível muito superior, o modelo reconstitutivo foi utilizado na Exposição Permanente do Museu de Conímbriga, aberto ao público em 1986. Neste caso, através dos objectos inseridos em cenários que recuperam fielmente o quadro em que se utilizavam (por exemplo a cozinha), temos acesso directo ao estilo de vida da

comunidade romana. Assim o tempo é anulado. As ruínas e as peças são revivificadas, regressando às suas funções originais.

Deste modo, o visitante ao percorrer as salas do Museu de Conímbriga mergulha num tempo diferente, e acede, com facilidade ao quotidiano da época romana, entra na atmosfera de uma cozinha, observa rituais de adorno, admira o luxo das mesas das Domi, cujas ruínas ou já observou, ou vai ver de seguida.

Este método, em que os objectos do passado são iluminados, enquanto o visitante circula numa penumbra que tende a fazer esquecer o presente, ressuscita uma época, e gente definitivamente morta. Há assim um processo de descoberta do passado.

4. Conclusões:

De uma maneira assaz empírica, e, talvez, excessivamente breve, percorremos diversos tipos de exposições temporárias. Não foi, de modo nenhum, um itinerário exaustivo. Nem tão pouco uma análise profunda. Pretendemos apenas lançar para a discussão, reflexões sobre uma actividade em que se tende a produzir, sem prévia definição de critérios.

Verificámos aliás uma certa diversidade de métodos, e constatámos que os diferentes modelos têm, obviamente, virtudes e defeitos.

Um modelo bastante atraente é o reconstitutivo, pois que permite um acesso fácil ao grande público, através do quotidiano, de uma leitura imediata dos objectos e ruínas.

É, contudo, por si mesmo, um modelo ilusório: a comunidade reconstituída está, de facto, morta. Os sinais e as mensagens que podem ser extraídas dos objectos e ruínas inserem-se num círculo fechado e datado. Há nos objectos arqueológicos, nas ruínas, nos vestígios mais fugazes, um «silêncio», uma espessura, que a mais inteligente interpretação científica não consegue deduzir.

Mas será viável encontrar um modelo que ultrapasse todas as dificuldades que resultam da aplicação dos modelos já mencionados?

Pensamos que sim, embora com muitas reservas, e com a advertência inequívoca de que a sua materialização será complexa, suscitando todo um naipe de questões prévias, teóricas e técnicas.

Será um modelo aberto, em que as aberturas asseguram múltiplos cruzamentos entre o presente e as sequências dos tempos passados; entre as paisagens e os monumentos; entre os gestos actuais e os utensílios antigos; enfim, um espaço multi-direccional,

criativo, em movimento constante.

Do ponto de vista das palavras, e das imagens, tal jogo é possível. Contudo, uma exposição de arqueologia temporária ou permanente, não é um filme, ou um vídeo-clip.

Para além dos textos e imagens, existem as peças, o conhecimento, as áreas de ignorância, as interrogações. Nesta perspectiva uma exposição de arqueologia terá de assegurar diversos níveis de leitura, articular realidades diferentes, expressar dúvidas, e basear-se em módulos flexíveis que possam ser readaptados e reorganizados com rapidez, e sem grandes custos.

Para tal, é necessário encontrar circuitos materiais, respostas arquitectónicas, que se coadunem com fórmulas inovadoras. Os percursos museográficos que resultam da adaptação de edifícios pré-existent, muitas vezes de traça antiga, e que foram construídos para outros fins, são inadequados. Será indispensável, para exposições permanentes, projectar modelos específicos, organizações de espaços abertos e inovadores²⁴.

Paralelamente, será indispensável recorrer de uma forma sistemática às novas tecnologias, à informática e ao audio-visual, sem esquecer a escola tradicional de efeitos, que se originou no teatro, e que encontrou a sua plena expansão no cinema de ficção científica.

Em Braga vai construir-se, de raiz, um Museu de Arqueologia, próximo das ruínas romanas que começaram a ser escavadas em 1978.

46

Pela primeira vez, no domínio da arqueologia, no nosso país, vai ser possível organizar uma estrutura nova, que tenha em conta os conhecimentos científicos acumulados e actualizados, os meios informáticos e audio-visuais mais modernos.

Nestas circunstâncias, a cidade de Braga poderá ser o palco de uma experiência inovadora, a nível nacional, no domínio dos museus de arqueologia.

Braga, 1987/88.

NOTAS

1 — De uma maneira geral a investigação arqueológica portuguesa, nestes últimos anos, tem-se orientado mais para sondagens e escavações, sendo raros os projectos dirigidos para o estudo de colecções de material resultantes de antigos trabalhos. O estudo das séries de espólio inédito, depositado em Museus pode revelar-se extremamente útil como demonstrou J. Zilhão, através da análise das indústrias do paleolítico superior (solutrense), reco-

lhidas em escavações efectuadas por ordem de Manuel Heleno, antigo director do Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia, em Torres Vedras, nos anos cinquenta. A dispersão de materiais provenientes de um mesmo sítio, por diversos museus, estatais ou autárquicos, e/ou por colecções privadas é uma verdadeira pecha da arqueologia portuguesa. Nenhum esforço tem sido feito para estabelecer um ficheiro articulando sítios e espólio, e ainda menos, para iniciar processos de concentração de colecções disseminadas. Pelo contrário, o panorama no que concerne a espólio arqueológico, tem-se agravado ultimamente.

- 2- Referimo-nos, na Zona Norte, às teses de doutoramento de Vitor de Oliveira Jorge, «Megalitismo do Norte de Portugal: o Distrito do Porto — os Monumentos e a sua problemática no contexto Europeu» (U.P.); de Alain Tranoy «La Galice Romaine» (Universidade de Bordéus); de Susana Jorge «Povoados da Pré-História Recente de Chaves — Vila Pouca de Aguiar» (U.P.); de Armando Coelho «A Cultura Castreja» (U.P.); de Manuela Martins «Povoamento Pré-Histórico e Romanização da Bacia do Curso Médio do Cávado» (Universidade do Minho).

No Centro e Sul do país existem menos obras, com a mesma amplitude, destacando-se os volumes consagrados a Conímbriga, e as teses de Teresa Gamito Arnaut «Social Complexity in Southwest Iberia (8th t 3rd Centuries B.C.) — Aspects of evolution and interaction» e Caetano Beirão «A 2.ª Idade do Ferro do Sul de Portugal».

No entanto, estão em desenvolvimento numerosos projectos de grande interesse.

- 3- Veja-se a colecção iniciada pelo Departamento de Arqueologia da I.P.P.C., de que já foram publicados 2 números, um relativo à área de Lisboa e arredores, outro dedicado às Ruínas de Conímbriga (N.ºs 1 e 2 da Série Roteiros Arqueológicos de Portugal).
- 4- Na edição de desdobráveis vocacionados para o grande público tem-se destacado o Serviço Regional de Arqueologia da Zona Norte, que já produziu os seguintes folhetos: Citânia de Santa Luzia (Viana do Castelo); Santuário de Panóias (Vila Real); Geira Romana (Terras de Bouro); Estação Romana da Fonte do Milho (Peso da Régua); Termas Romanas da Cidade (Braga) (2 edições); Ponte Romana de Chaves; Castelo e Vila Fortificada de Ansiães (Carrazeda de Ansiães); Ruínas Romanas do Freixo (Marco de Canavezes); Castro e Castelo de Faria (Barcelos).
- 5- A Direcção-Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais produziu ao longo de várias décadas, uma importante obra de restauro, que pode ser avaliada através do Boletim que edita desde 1935. As opções e os critérios utilizados nesses restauros têm sido muito discutidos, sem que exista, no entanto, ao que sabemos, uma análise crítica minuciosa da sua actividade.
- 6- Este lema teve muito peso na actividade produzida pelo Instituto Português do Património Cultural, nos primeiros anos do seu funcionamento. De facto a expressão atravessa muitos textos emanados do Instituto e dados dessa primeira fase do I.P.P.C.
- 7- Este aspecto é tanto mais relevante, pelo facto das autarquias terem uma importância crescente no financiamento da actividade arqueológica, ultrapassando cumulativamente o total das verbas canalizadas através da Secretaria de Estado da Cultura.

- 8 — Tive ainda o privilégio de assistir na Associação dos Arqueólogos Portugueses, e na Sociedade de Geografia de Lisboa a algumas sessões científicas, formais, ao estilo antigo.
- 9 — Trata-se de um dado empírico, uma vez que não dispomos de números para elaborar um gráfico.
- 10 — Num texto intitulado «As Três Idades da Arqueologia Portuguesa», saído a lume no número 2 da revista FORUM, pp. 5-11.
- 11 — Agradecemos estes dados que nos foram fornecidos pelo Monitor do Museu de D. Diogo de Sousa, Snr. João Alves.
- 12 — Pela segunda vez apelamos ao Departamento de Arqueologia do I.P.P.C. para que promova um inquérito à opinião pública acerca do seu posicionamento no que concerne à arqueologia. Inquéritos semelhantes foram feitos noutros países da Europa, como por exemplo em França («Dossiers Histoire et Archeologie», nº 49, Janeiro de 1981).
- 13 — Por razões compreensivas dispensamo-nos de referir exposições que facilmente se integravam no «tipo 0». Nós próprios produzimos algumas exposições com pouca qualidade, como por exemplo a que foi apresentada na JUVEMINHO, em 1979.
- 14 — O Santuário de Garvão (Ourique) é um sítio da Idade do Ferro que produziu grandes quantidades de vasos cerâmicos bem conservados, com formas e decorações de grande beleza. A exposição foi organizada pelo Serviço Regional de Arqueologia da Zona Sul, por Caetano Beirão e Mário Varela Gomes, e esteve exposta pelo menos em Évora, Setúbal e Lisboa.
- 15 — Organizada pela Área Arqueológica do Freixo, projecto dirigido por Lino Augusto Tavares Dias.
- 16 — Inaugurado em Fevereiro de 1987, quando da visita do Senhor Presidente da República, Dr. Mário Soares, a este importante monumento medieval.
- 17 — Foi principal responsável por esta exposição o Director do Departamento de Arqueologia do I.P.P.C., António Carlos Silva. Primeiro foi aberta ao público em Lisboa, na Galeria Almada Negreiros em Novembro de 1986. Posteriormente circulou por diversos pontos do país: Braga, Porto, Seixal, Almada, Almodovar, Mora.
- 18 — De facto, a referida exposição demonstrou que é possível levar até junto do grande público a actividade que os departamentos estatais desenvolvem, de uma forma agradável e com leitura imediata.
- 19 — Em Portugal poderíamos citar duas ou três exposições de arqueologia que aplicaram este esquema. Noutro quadrante ideológico recordamos as obras de Mendes Correia, o uso e abuso dos lusitanos, a Exposição do Mundo Português.
- 20 — Exposição que foi organizada pela Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, a pedido do então Director do Parque Nacional da Peneda-Gerês, o Eng.º Moreira da Silva. Foi inaugurada em Março de 1979 no Salão Medieval da Universidade do Minho. Posteriormente esteve em Castro Laboreiro, em Parada (Lindoso), e no Gerês.
- 21 — Esta exposição traduziu as principais conclusões do trabalho de inventário dos valores histórico-arqueológicos do concelho de Vila Verde, efectuado por Henrique Regalo. Foi produzida conjuntamente pela Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, Museu de D. Diogo de Sousa e Serviço Regional de Arqueologia da Zona Norte. Esteva aberta a público na sede do município, e em Braga, na Galeria do Museu Nogueira da Silva. A exposição foi inaugurada pela primeira vez em Dezembro de 1983.

- 22- Inaugurada na Câmara Municipal de Santo Tirso, em Fevereiro de 1985. Foi preparada sob a orientação do autor, graças à colaboração das entidades citadas na nota 21, e ainda a equipa do Museu Abade Pedrosa (Santo Tirso).
- 23- Esta exposição, inaugurada em Vila do Conde, em 13/OUT/80 foi organizada conjuntamente pela U.A.U.M. e o Museu de D. Diogo de Sousa, com o apoio do município, sob a orientação do autor e Manuela Delgado.
- 24- O seu título foi «Bracara Augusta — uma sepultura romana». Organizada pelo Museu D. Diogo de Sousa, sob a orientação de Manuela Delgado, foi inaugurada em 16/Jan/84 em Braga na Galeria do Museu Nogueira da Silva.

